



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

OBJECTIVOS PARA O ANO JUDICIAL DE 2020

No presente ano judicial, tendo em conta a colocação mínima de magistrados, o facto de haver magistradas em situação de licença de gravidez de risco clínico e outras em licença de parentalidade, em que o quadro complementar não será suficiente para colmatar as suas faltas, não pode haver compromisso para ultrapassar os níveis de resposta do ano anterior, pois não há condições para tal.

Os objectivos da comarca, inserem-se, ainda, nos objectivos da PGR (objectivos para o triénio 2019-2021) e da PGDP.

Pretende-se manter o nível de resposta do ano judicial anterior, nas várias jurisdições, melhorá-la na jurisdição do trabalho e família e menores, na área da investigação criminal e dos julgamentos criminais, e melhorar, onde for possível a qualidade do trabalho prestado pelo MP, em todos os processos e em todas as fases do processo. Para o efeito foram já alertados os magistrados da comarca e tal objectivo consensualizado em reunião realizada para o efeito em 13 de Dezembro de 2019.

Particular atenção deverá ser dada à qualidade da intervenção do MP em julgamento, face visível para a comunidade, e, por isso foram alertados os magistrados para a melhoria da qualidade das acusações, discutindo com o Procurador da República colocado no juízo Central Criminal os aspectos menos bons e que podem comprometer o êxito das acusações.

Continuamos a ter em conta que a morosidade da justiça é a falta mais apontada pela comunidade. Por isso, vamos continuar a dar prioridade no despacho aos inquéritos mais antigos, designadamente os pendentes há mais de oito meses, trazendo a percentagem destes processos para valor próximo de 25% dos pendentes, para além do que vem sendo feito já, como a promoção da aplicação dos institutos de simplificação processual.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

Tendo-se verificado a pendência de alguns inquéritos com data de registo anterior a 2016, mais concretamente perto de 70, fixou-se como objectivo terminá-los este ano.

Vai ser dada mais atenção e tentar requerer a intervenção do Gabinete de Recuperação de Activos em todos os processos em que se verifiquem os pressupostos legais.

O número de processos administrativos com vista à recolha de elementos para propositura de acções de maior acompanhado entrou em ritmo aceitável embora significativo.

Vai, ainda, ser dada particular atenção à área de família, crianças e jovens com vista à conclusão mais rápida de processos pendentes sem procedimento e continuar a melhorar a interlocução com as CPCJ's da comarca.

Na jurisdição do Trabalho, é possível manter os níveis de resposta, fixando-se como principais objectivos, sobretudo manter ou melhorar um pouco o prazo de conclusão dos processos de acidente de trabalho na fase conciliatória e aumentar o número de acções emergentes de contrato de trabalho propostas pelo Ministério Público em patrocínio dos trabalhadores.

Fez-se uso da “*ficha objectivos processuais/acções a desenvolver*” anexa aos objectivos para o triénio judicial 2015-2018, como no ano anterior, para enunciar os objectivos e acções a desenvolver.

FICHA OBJETIVOS PROCESSUAIS/AÇÕES A DESENVOLVER

Órgão: Procuradoria da República da Comarca de Vila Real

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ANUAIS	OBJETIVOS PROCESSUAIS/ AÇÕES A DESENVOLVER
--	---

Sede: Palácio da Justiça, Praça Luís de Camões, 5000-626 Vila Real

Telefone: 259309950; **Telefax:** 259309989;

E-mail: ministeriopublico.coordenador.vilareal@tribunais.org.pt



ÁREAS PRIORITÁRIAS

A.i. Corrupção e criminalidade económico-financeira	<ul style="list-style-type: none">- concluir, durante o ano, um número de processos igual ao número de processos entrados.- continuar a reunir com constante periodicidade com a Polícia Judiciária de Vila Real e do Porto, para definir estratégias de investigação, de recuperação de atrasos nas investigações e articular procedimentos nesta área de actuação, como já vem sendo feito.- tentar que seja proferida decisão de mérito num período inferior a oito meses ou que os processos pendentes além deste período não ultrapasse 25 % dos pendentes.
A.ii. Cibercrime e prova digital	<ul style="list-style-type: none">- findar, durante o ano, um número de processos igual ao número de processos entrados.- continuar a reunir com constante periodicidade com a Polícia Judiciária de Vila Real e do Porto, para definir estratégias de investigação, e articular procedimentos nesta área de actuação, como já vem sendo feito, designadamente em termos de celeridade na recolha inicial de prova digital;- tentar que seja proferida decisão de mérito num período inferior a oito meses ou que os processos pendentes além deste período não ultrapasse 25 % dos pendentes.- efectuar, pelo menos, uma acção de formação com o Gabinete do Cibercrime.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

A.iii. Violência de Género	<ul style="list-style-type: none">- concluir um número de processos igual ao número de processos entrados.- tentar findar até 31-12-2020, os processos registados até 31.08.2019. (com excepção dos processos suspensos provisoriamente)- manter a especialização nas procuradorias dos juízos locais criminais de Vila Real e Chaves, atribuindo a totalidade dos inquéritos de violência doméstica, maus-tratos e contra a autodeterminação sexual, a um só Procurador-adjunto, em cada um dos juízos.- continuar a garantir a efectiva direcção destes inquéritos pelo Magistrado do Ministério Público e incrementar as medidas de resposta rápida no âmbito da protecção da vítima e da promoção das adequadas medidas de coacção para o arguido.- continuar a reunir com a PSP, GNR e com o Gabinete da APAV, em Vila Real, para articular procedimentos nesta área de actuação, incluindo a prevenção.- manter contacto permanente com estas entidades para resolução de questões mais urgentes.- promover a contínua articulação entre a jurisdição de família e menores, a investigação criminal e jurisdição criminal- <u>criar uma rede de violência doméstica que integre magistrados, agentes de autoridade e técnicos das IPSS's que prestam apoio às vítimas.</u>
B. Recuperação de	- requerer a intervenção do GRA em todos os processos em que se



activos	<p>verifiquem os pressupostos legais (sendo este um objectivo prioritário) e cumprir a Instrução n.º 1/2013, de 30.07.2013 – PGR.</p> <p>- Incrementar os pedidos de perda de vantagens e de perda alargada.</p>
C. Direitos das Crianças e Jovens, em Especial a Abordagem à Delinquência Juvenil	<p>- Promover mecanismos de articulação entre as Escolas, CPCJs, OPCs e Ministério Público para potenciar a detecção de fenómenos de delinquência juvenil, incrementar a resposta, articulando procedimentos entre as várias entidades envolvidas e os Magistrados do Ministério Público nas áreas de Jurisdição respectivas: família e menores e investigação criminal.</p> <p>- manter um serviço de atendimento a efectuar pela Procuradora da Republica colocada no Juízo de Família e Menores com sede em Vila Real (com competência nos municípios de Vila Real, Sabrosa, Mondim de Basto, Murça, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio), e pelos Procuradores-Adjuntos nas áreas dos juízos locais criminais e de competência genérica (Vila Pouca de Aguiar, com competência nos municípios de Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena, Valpaços, Montalegre, Chaves, com competência nos municípios de Chaves e Boticas e Alijó),</p> <p>- ainda, nas Procuradorias do Juízos Locais Cível e Criminal de Peso da Régua (com competência na área dos municípios de Mesão Frio, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião) os Procuradores-Adjuntos asseguram o atendimento ao público na área de família e menores que depois enviam à Procuradora da Republica colocada na secção central de Família e Menores, com sede em Vila Real.</p> <p>- instaurar todas as acções e providências necessárias a acautelar</p>



	<p>direitos e interesses das crianças e jovens,</p> <ul style="list-style-type: none">- findar, durante o ano, um número de processos igual ao número de processos entrados.- para além da actividade do MP de apreciação da legalidade e fiscalização da actividade processual das CPCJ, continuar a realizar reuniões com as CPCJ's da comarca de Vila Real, para articular procedimentos e boas práticas nesta área de actuação, o que já se iniciou no ano de 2018.- manter contacto permanente com estas entidades para resolução de questões urgentes.
<p>D. Adultos Especialmente Vulneráveis</p>	<ul style="list-style-type: none">- manter um serviço de atendimento a efectuar pelos Procuradores da República na área dos Juízos Centrais e Locais Cíveis de Vila Real e de Chaves, e pelos Procuradores-adjuntos nos juízos de competência genérica,- (ii) instaurar todas as acções e providências necessárias a acautelar direitos e interesses de pessoas idosas,- (iii) dar especial atenção ao procedimento de instauração de acções de acompanhamento, o âmbito do Regime do Menor Acompanhado, promovendo reuniões de formação e articulação.- (iv) findar, durante o ano, um número de processos igual ao número de processos entrados em que sejam vítimas pessoas idosas, pretende-se, ainda,- (v) Promover a Cooperação com a Segurança Social e IPSS's da área da comarca com vista à instauração de processos ou



	providências cíveis que se mostrem necessárias para defesa de interesses das pessoas idosas que se encontrem sob tutela destas entidades.
E. Interesses Difusos e Colectivos	<ul style="list-style-type: none">- instaurar todas as acções e providências necessárias a acautelar direitos e interesses difusos legalmente protegidos (como a saúde pública, o ambiente, o ordenamento do território, o urbanismo, qualidade de vida, património cultural, cláusulas contratuais gerais).- <u>realizar uma acção de formação com o Gabinete de Interesses Difusos.</u>
F. Articulação da intervenção do Ministério Público nas diferentes fases processuais e nas diversas jurisdições	<ul style="list-style-type: none">- promover reuniões entre Procuradores da República e Procuradores-Adjuntos que asseguram a representação do MP em julgamento e aqueles que asseguram apenas a investigação e deduzem acusação, bem como os que estão colocados nos juízos locais de competência genérica para melhoria da qualidade da acusação com vista a um bom desempenho do MP em julgamento e a procedência da acusação.- promover mecanismos de articulação entre os magistrados que exercem funções nas várias jurisdições, designadamente, criminal, família e menores, cível, trabalho e comércio, para dar resposta cabal e integrada a fenómenos que implicam simultaneamente todas essas jurisdições.

Vila Real, 24 de Fevereiro de 2020



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE VILA REAL
MAGISTRADO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COORDENADOR

O Magistrado do Ministério Público Coordenador

Carlos José do Nascimento Teixeira